



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**PROVA OBJETIVA
PROCESSO SELETIVO PARA CREDENCIAMENTO
DE JUÍZES LEIGOS DA COMARCA
DE CUIABÁ E VÁRZEA GRANDE**

INSTRUÇÕES

- **Você recebeu este caderno contendo 20 (vinte) questões objetivas, com 4 (quatro) alternativas cada uma, das seguintes matérias: Língua Portuguesa, Direito Constitucional, Direito Civil, Direito Administrativo, Direito Processual Civil, Direito Penal, Direito Processual Penal, Lei dos Juizados Especiais, Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado de Mato Grosso, Legislação Extravagante, Legislação Ambiental.**
- **Escreva seu nome com letra legível na capa do caderno.**
- **Lei cuidadosamente as questões e escolha a resposta que você considera correta.**
- **Para cada questão há apenas uma alternativa correta.**
- **Você receberá um cartão de respostas, confira se os seus dados estão corretos.**
- **Preencha o cartão de respostas com caneta de tinta azul ou preta. No cartão de respostas não será permitida nenhuma rasura.**
- **A questão que apresentar mais de uma opção assinalada, será anulada.**
- **As provas terão duração de total de 5 (cinco) horas e a prova prática de sentença somente será entregue após a conclusão e devolução deste caderno de prova e do cartão resposta da prova objetiva.**

Nome: _____

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

1 - Embasando as qualidades da linguagem do Direito está a gramática. Se escrever corretamente é essencial para qualquer carreira, em relação ao Direito é um pressuposto. Observe as frases abaixo e marque a que estiver redigida corretamente.

a) Se a contratada rever o contrato e mantiver o preço do serviço prestado, a decisão será favorável a que se proceda a prorrogação contratual.

b) Havia bastantes provas que incriminavam o acusado.

c) A locatária está em débito para com o locador a um ano e fazem três meses que este a procurou na tentativa de um acordo amigável.

d) Intime-se os litigantes do teor da sentença.

2 - Considerando as regras gramaticais, assinale a afirmação correta.

a) Em “Não se sabe porque não foi concedida a liminar.”, a palavra sublinhada está grafada corretamente.

b) Em “Devidamente intimados da penhora, poderiam os embargantes pagarem o débito se assim o quisessem, mas preferiram interpor os embargos, suprimindo, assim, qualquer falha eventualmente ocorrida.”, pode-se suprimir a vírgula após o vocábulo “assim” sem comprometer a correção gramatical.

c) Em “Solicito à Vossa Excelência a intimação das partes interessadas” e “Conforme se verifica à fls. 25 dos autos, houve manifestação do Ministério Público.”, o acento indicador de crase foi empregado corretamente.

d) Em “Há vários mandados para serem cumpridos.”, trocando haver por existir, o verbo existir deve vir no plural concordando com “mandados”, da seguinte forma: Existem vários mandados para serem cumpridos.

3 - Das pessoas admitidas a litigar no Juizado Especial Cível, pode-se afirmar que:

a) o incapaz pode ser autor de uma reclamação cível, desde que o faça por seu representante legal.

b) o incapaz pode ser réu de uma reclamação cível, desde que o faça por seu representante legal.

c) nas demandas envolvendo pessoas jurídicas de direito público, haverá a participação do Ministério Público.

d) não poderão ser autores de reclamação cível os cessionários de direito de pessoas jurídicas.

4 – Denomina-se vacatio legis.

a) O período de tramitação da lei no Congresso Nacional.

b) O instituto de direito não regulamentado por lei.

c) O intervalo entre a data da publicação da lei e a da sua entrada em vigor.

d) A situação jurídica dos fatos regulamentados por lei revogada.

5 - A venda de coisa móvel, na qual pode o vendedor reservar para si a propriedade, até que o preço esteja integralmente pago, configura o instituto da:

a) preempção.

b) venda com reserva de domínio.

c) venda a contento.

d) retrovenda.

6 - A garantia contra evicção e vícios redibitórios vigora em todos os contratos abaixo, à EXCEÇÃO do contrato de:

a) dação em pagamento.

b) compra e venda.

c) permuta.

d) doação pura e simples.

7 - Sobre o Juizado Especial Cível, pode-se afirmar que:

a) as testemunhas devem ser sempre intimadas para comparecer à audiência de instrução e julgamento, devendo o pedido de intimação ser apresentado à Secretaria, no mínimo cinco dias antes da referida audiência.

b) na execução, inexistindo bens penhoráveis, o processo será suspenso, aguardando-se a localização futura de patrimônio em nome do devedor.

c) é possível a liquidação da sentença condenatória, na sua fase executiva.

d) na execução não serão contadas custas, salvo quando improcedentes os embargos do devedor.

8 - Sobre a intervenção de terceiro no Juizado Especial Cível, pode-se afirmar que:

- a) admite-se a oposição.
- b) admite-se apenas o litisconsórcio.
- c) admite-se o chamamento ao processo.
- d) admite-se apenas a assistência.

9 – Em relação à CITAÇÃO no Juizado Especial é CORRETO afirmar.

- a) Somente é considerada válida se for efetuado por oficial de justiça.
- b) É considerada válida se a correspondência ou contra-fê for recebida no endereço pela própria parte.
- c) É considerada válida se a correspondência ou contra-fê for recebida no endereço da parte ou de seu vizinho, desde que identificado o seu recebedor.
- d) É considerada válida se a correspondência ou contra-fê for recebida no endereço da parte, desde que identificado o seu recebedor.

10 - Analise as proposições abaixo referentes ao tema da incompetência no processo civil e assinale aquela que se encontra CORRETA à luz da legislação aplicável.

- a) Não há conflito de competência quando entre 2 (dois) ou mais juízes surge controvérsia acerca da reunião ou separação de processos.
- b) Prorrogar-se-á a competência absoluta se o réu não alegar a incompetência em preliminar de contestação.
- c) Apenas a incompetência absoluta será alegada como questão preliminar de contestação.
- d) O juiz que não acolher a competência declinada deverá suscitar o conflito, salvo se a atribuir a outro juízo.

11 - À luz das disposições da Lei nº 9.099/95, assinale a assertiva CORRETA.

- a) As testemunhas, até o máximo de três para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento levadas pela parte que as tenha arrolado, independentemente de intimação, ou mediante esta, se assim for requerido.
- b) O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas as causas cujo valor não exceda a sessenta vezes o salário mínimo.
- c) Os Conciliadores e Juízes Leigos são auxiliares da

Justiça, recrutados, os primeiros, preferentemente, entre os bacharéis em Direito, e os segundos, entre advogados com mais de três anos de experiência.

d) Ficam excluídas da competência do Juizado Especial as causas de natureza alimentar, falimentar, fiscal e de interesse da Fazenda Pública, e também as relativas a acidentes de trabalho, a resíduos e ao estado e capacidade das pessoas, salvo se de cunho patrimonial.

12 – Antônio é analista judiciário do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, lotado na Comarca de Cuiabá, foi declarado estável no serviço público e cumpre jornada de 30 horas semanais. O juiz de direito da Vara Criminal convidou Antônio para assumir cargo em comissão de assessor de gabinete, cuja jornada é de 40 horas semanais e possui subsídio 60% superior ao do cargo efetivo de analista judiciário. Antônio foi designado para o cargo comissionado e, após 3 meses de trabalho no gabinete, período em que cumpriu a jornada estabelecida para o cargo, pediu para retornar ao seu cargo de origem. Com base em tais informações, MARQUE A ALTERNATIVA CORRETA.

- a) Foi ilegal a designação de Antônio para o cargo de assessor de gabinete, pois como servidor efetivo do Poder Judiciário só poderia ocupar função de confiança.
- b) Foi legal a designação de Antônio. Contudo, não poderá fazer opção pela remuneração do cargo que possui maior subsídio, porque é vedada a cumulação de vencimentos.
- c) Antônio pode permanecer no cargo de assessor cumprindo a jornada do seu cargo efetivo de 30 horas semanais, porque o servidor estável sempre pode optar pela menor jornada.
- d) Se o Tribunal de Justiça não pagar Antônio pelos serviços prestados durante a designação, o servidor poderá ingressar com ação de cobrança contra o Estado de Mato Grosso.

13 - Marque a alternativa CORRETA.

- a) Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante, exceto quando violar direito da pessoa idosa ou criança em situação de risco.
- b) É livre a manifestação do pensamento e permitido o anonimato, sempre que necessário para ressaltar interesse público.
- c) É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo e vedada à indenização por dano material, moral ou à imagem, se praticada por meio de programa de rádio ou TV.

d) Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.

14 - Marque a alternativa CORRETA.

a) Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos.

b) O Distrito Federal e os Estados localizados nas regiões de fronteira com outros países poderão instituir na iminência ou no caso de guerra externa declarada, impostos extraordinários.

c) Compete aos Municípios instituir impostos sobre propriedade de veículos automotores.

d) Compete à União instituir impostos sobre propriedade predial e territorial urbana.

15 - Sobre as penas restritivas de direito elencadas na Lei n.º 9.605/98, que trata das sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, pode-se afirmar que:

a) a prestação de serviços à comunidade imposta à pessoa jurídica consistirá em custeio de programas e de projetos ambientais.

b) não cabe a imposição da pena de recolhimento domiciliar.

c) não são substitutivas das penas privativas de liberdade.

d) a prestação pecuniária consistente no pagamento em dinheiro, não pode ser destinada à vítima.

16 – É cabível transação penal quando:

a) a pena máxima cominada ao delito não for superior a 06 meses.

b) quando a pena máxima for superior a dois anos.

c) a pena não for superior a quatro anos.

d) quando a pena não for superior a dois anos.

17 - Para as contravenções penais, a lei prevê.

a) A aplicação isolada ou cumulativa das penas de reclusão e detenção.

b) Multa e prisão simples.

c) Detenção e multa.

d) Reclusão e prisão simples.

18 – O agente que adquire e guarda, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal.

a) Será processado e julgado na forma da Lei n.º 9.099/95, que dispõe sobre os Juizados Especiais Criminais.

b) Deverá ser imediatamente encaminhado à autoridade policial, que o submeterá a exame de corpo de delito e o dispensará.

c) Será processado e julgado segundo as disposições comuns do Código de Processo Penal e da Lei de Execuções Penais.

d) Não poderá se beneficiar da proposta de aplicação imediata de pena prevista no artigo 28 da Lei n.º 11.343/2006 pelo Ministério Público.

19 – Quanto à competência e aos atos processuais, ASSINALE A INCORRETA.

a) A competência do Juizado será determinada pelo lugar em que foi praticada a infração penal.

b) Os atos processuais serão públicos e poderão se realizar em horário noturno e em qualquer dia da semana, conforme dispuserem as normas de organização judiciária.

c) A prática de atos processuais em outras comarcas poderá ser solicitada somente por carta precatória.

d) Não se pronunciará qualquer nulidade sem que tenha havido prejuízo.

20 - Das decisões originárias do Corregedor-Geral da Justiça, salvo disposição em contrário, cabe recurso:

a) para o Presidente do Tribunal de Justiça, com efeito suspensivo, no prazo de cinco (05) dias, da intimação ou ciência do interessado.

b) para o Conselho da Magistratura, com efeito suspensivo, no prazo de dez (10) dias, da intimação ou ciência do interessado.

c) para o Tribunal Pleno, com efeito suspensivo, no prazo de dez (10) dias, da intimação ou ciência do interessado.

d) para o Tribunal Pleno, com efeito suspensivo, no prazo de cinco (05) dias, da intimação ou ciência do interessado.